

O outro feminismo (a inventar) de Derrida

As implicações éticas e políticas do carnofalocentrismo*

Patrick Llored**

Resumo: O presente artigo defende uma outra concepção de feminismo a partir de Derrida – a ideia de feminismo animalista – tendo como conceito norteador o *carnofalocentrismo*, o qual remete a outras duas ideias fundamentais ao pensamento da desconstrução, a saber, o *logocentrismo* e o *falocentrismo*. Para tanto, o *carnofalocentrismo*, por um lado, será pensado a partir da relação entre a dominação masculina e o sacrifício carnívoro, salientando duas questões principais e politicamente relevantes implicadas nesta relação, quais sejam, a questão animal e a questão feminista, e, por outro lado, a ordem *carnofalocêntrica* revelar-se-á como dominação política masculina assentada nos ideais de próprio (do homem), propriedade (do sujeito soberano) e soberania (individual ou coletiva) – ideais estes que, fundamentalmente, são postos em questão pelo pensamento da desconstrução. Por fim, argumentar-se-á que o questionar da dominação política masculina na sua relação com a dinâmica sacrificial carnívora é o que permitirá inventar um outro feminismo capaz de repensar novas categorias políticas que sejam não-sacrificiais.

Palavras-chave: Derrida ; desconstrução ; carnofalocentrismo ; animal ; feminismo.

* Tradução de Marianna Poyares (The New School for Social Research) e Luíza Novaes Telles Ribeiro (PUC-Rio) de conferência realizada no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ no âmbito do seminário Disseminações, em maio de 2015. A tradução deste texto faz parte do projeto de pesquisa "Contribuições para a recepção da filosofia de Jacques Derrida no Brasil", Chamada Universal MCTI/CNPq N° 14/2014, cujo objetivo é ampliar a leitura e fomentar a recepção do pensamento da desconstrução no âmbito filosófico brasileiro. O trabalho reúne os laboratórios de pesquisa "Khôra - filosofias da alteridade" (UFRJ/CNPq), "Escritas - filosofia, gênero e psicanálise" (UFRJ/CNPq), "Núcleo em Ética e Política Contemporâneas" (UFU/CNPq) e "Filosofia Contemporânea: Questões ético-políticas, estéticas e epistemológicas" (UERJ/CNPq).

**Institut de Recherche Philosophiques de Lyon

Introdução

- 1 - Carnofalogocentrismo e sacrifício carnívoro.
- 2 - Um canibalismo político desconstruído pela ética animal derridiana.

Há um conceito na filosofia de Derrida que não teve sucesso na recepção da desconstrução pelo mundo: o carnofalogocentrismo. Quem ouviu falar do carnofalogocentrismo? Quem escreveu sobre esse conceito um pouco bárbaro? Por que esse conceito não foi objeto de uma atenção crítica largamente merecida? Quais são as implicações inseparavelmente éticas e políticas para nós hoje e, portanto, aqui e agora, de tal conceito que bem poderia constituir a marca mais radical da desconstrução derridiana? Há, incontestavelmente, uma dificuldade própria no coração desse conceito que repousa sobre o fato de que ele tenta conciliar ao mesmo tempo três ideias críticas que definem em profundidade o que é a filosofia de Derrida: o logocentrismo, o falocentrismo e, finalmente, o nosso conceito, o carnofalogocentrismo... Retornarei mais tarde a esses conceitos importantes, mas antes gostaria de sublinhar a ideia de que minha interpretação da filosofia de Derrida é muito orientada, guiada, determinada, por esse conceito, e é isso que vou tentar explicar para me aproximar da ideia de que há em Derrida um feminismo animalista muito rico que me proponho a definir. É por isso que falo de um outro feminismo que não é aquele que mais comumente se conhece em Derrida.

Qual é o feminismo que se conhece em Derrida? Em que medida se pode falar de uma filosofia feminista no coração do seu pensamento? Em que esse feminismo se distingue deste outro feminismo que vou apresentar a vocês? Em que medida as ideias derridianas sobre o carnofalogocentrismo poderiam nos permitir inventar um outro feminismo que não seja a figura – que Derrida havia criticado – suplementar e aparentemente oposta desta dominação masculina que alimenta outros conceitos supostamente liberadores, os quais é preciso desconstruir:

Talvez a mulher não tenha história, não por conta de um « eterno feminino » mas porque podemos, sozinhos e sozinhas, resistir, nos distanciarmos de uma certa história na qual normalmente inscrevemos a revolução, ou ao menos seu « conceito », a história como progresso contínuo, apesar de toda ruptura revolucionária, história orientada pelo movimento da mulher em direção à reapropriação de sua própria essência, de sua própria diferença, em direção à sua « verdade ».

1. Carnofalogocentrismo e sacrifício carnívoro

A força do carnofalogocentrismo é nos permitir pensar a dominação masculina por intermédio do sacrifício carnívoro. E, portanto, de nunca separar, para refletir sobre a questão “feminismo” ou para inventar outro feminismo, a questão do animal da questão da mulher. Para compreendê-la, é preciso explicitar o projeto global da desconstrução tal como a compreendo enquanto filosofia também do vivente animal.

A desconstrução do *próprio* do homem e da mulher:

Dito de outra forma, esquece-se frequentemente, a meu ver, que a desconstrução é primeiramente aquela de um suposto *próprio* do homem, o qual não se pôde formular na tradição filosófica ocidental senão em relação estreita com a questão do animal. Ora, é surpreendente constatar que a filosofia de Derrida é raramente lida - o que para mim é um grave erro de leitura - e quase nunca analisada, como um pensamento do vivente humano, mas também, e talvez sobretudo, com esse conceito de carnofalogocentrismo, do vivente animal. A saber, como uma reflexão se preocupando muito com o devir do vivente animal em disputa com um poder soberano, que esse poder soberano se incarne naquilo que chamamos um sujeito ou naquilo que nomeamos a soberania do povo, a soberania política do povo tal como ela por último tomou forma no Estado moderno. O que significa dizer que essa filosofia do vivente é mais precisamente uma desconstrução daquilo que o homem faz ao animal, mas também - ponto cego de todas as leituras sobre essa desconstrução específica - daquilo que o animal e a besta fazem ao homem enquanto sujeito masculino, mas não apenas. Isso significa também que não se pode compreendê-la senão relacionando-a diretamente a uma outra questão pouco analisada que é aquela do sacrifício, que é uma grande questão em Derrida, mas que para mim só tem sentido se relacionada com a mulher e o animal.

É de fato com o animal, avalia Derrida, que o sacrifício se reveste de formas inéditas, originais e trágicas de grande importância naquilo que eu não hesitaria em chamar a invenção do Ocidente e dos valores sobre os quais ele repousa; ele e toda a sua moral e toda a sua política. Eis o que diz Derrida sobre a questão do sacrifício como invenção do Ocidente :

Foi para nomear essa cena sacrificial que eu falei anteriormente de um só fenômeno e uma só lei, uma só prevalência, um carnofalogocentrismo. Se a desconstrução do logocentrismo necessariamente teve que se livrar do falocentrismo ao longo dos anos de desconstrução, a substituição inicial dos conceitos de fala, signo e significado pelos de rastro ou marca

destinam-se, deliberadamente, a ultrapassar a fronteira do antropocentrismo, o limite de uma linguagem confinada ao discurso e às palavras humanas. A marca, a grama, o rastro, a *différance*, concernem diferenciadamente (a) todos os viventes, (a) todas as relações dos viventes com os não-viventes.¹

Não se deveria jamais poder separar, quando pretendemos compreender a desconstrução, essa cena sacrificial e o carnofalocentrismo como possibilidades de pensar ao mesmo tempo feminismo e animalidade. É isso o que quero explicar aqui. O carnofalocentrismo é em realidade um conceito que parece complexo mas que descreve algo comum e ordinário, a saber, o fato jamais analisado no sacrifício animal de que o homem se torna responsável quando põe fim à vida de animais através de uma multiplicidade de práticas de morte que têm por finalidade ingerí-los e comê-los. Esse conceito repousa sobre duas outras noções entrelaçadas: as de logocentrismo e de falocentrismo, designando o fato de que o Ocidente atribui um privilégio absoluto à palavra-razão e à figura do pai. O prefixo "carne" dá uma orientação profundamente inédita e original ao conceito de falocentrismo, orientação de que vimos demasiadamente pouco as implicações éticas e políticas que tornam inseparáveis, a meu ver, a questão feminista e a questão animal. O que torna essas duas questões inseparáveis é a interrogação política de Derrida sobre a soberania. Na medida em que esse conceito de carnofalocentrismo é muito provavelmente o mais político de todos os conceitos derridianos, ele nos remete à ideia de poder político, poder político que é encarnado pelo homem de sexo masculino que, portanto – e essa poderia ser uma definição bastante precisa do carnofalocentrismo –, se pensa como racional, apropriando-se do logos, a razão que se exprimirá através da palavra, a qual supostamente faz parte do próprio do homem. Mas esse poder político masculino não pode se exercer senão pela via do sacrifício carnívoro visando diretamente o animal enquanto vivente sacrificável e, logo, solicitando seu sacrifício.

O sacrifício carnívoro presente no carnofalocentrismo quer portanto dizer duas coisas: matar o animal para comê-lo. Matando o animal para comê-lo, sacrificando-o, o homem do sexo masculino consolida permanentemente seu poder de forma fundamentalmente política; poder político que se exerce sobre os animais, mas também sobre as mulheres. Isso significa que é pelo sacrifício carnívoro que a dominação masculina se exerce sobre as mulheres; não há, portanto, qualquer sentido para Derrida em pensar separadamente o poder político de origem masculina, a violência carnívora que se exerce sobre os animais e a dominação masculina que se exerce sobre as mulheres por intermédio deste último. O

¹ DERRIDA, 2006, p. 144.

sacrifício carnívoro é portanto uma grande instituição social cujo papel é fundamental na manutenção da violência sobre as mulheres e sobre os animais.

Três elementos inseparáveis parecem ter interessado Derrida na desconstrução do sacrifício carnívoro. Em primeiro lugar, aquele que chamarei de mecanismo sacrificial propriamente dito, que concentra todos os elementos que uma sociedade estabelece como relevante interior e exteriormente. O sacrifício carnívoro, o de ontem como o de hoje, no fundo, vem delimitar de maneira rigorosa as fronteiras entre humanidade e animalidade na medida em que, mesmo que haja casos de sacrifício humano, é sempre a partir de e em direção a uma intenção antropocêntrica, principalmente de forma humanista, que esse mecanismo sacrificial opera. O que significa que o sacrifício permanece ainda como uma operação que age sobre o vivente animal em vista de submetê-lo à soberania humana e, portanto, ao poder masculino. A segunda razão que interessou Derrida concernindo o sacrifício carnívoro é que ele oferece, como provavelmente nenhuma outra instituição social, a possibilidade de compreender não apenas esse poder soberano exercido pelo homem do sexo masculino sobre o animal, mas também o que provém do real e o que provém do simbólico. Dito de outra forma, se o sacrifício não pode se reduzir apenas a sua dimensão real, consistindo em consumir as proteínas animais pela morte dos animais, é porque ele tem uma dimensão simbólica cuja **denegação** constante e universal constitui uma das chaves interpretativas maiores daquilo que se chama o Ocidente. Pode-se dizer até mesmo que é essa dimensão simbólica do sacrifício carnívoro que produz as categorias daquilo que se chama o masculino e o feminino; o sacrifício carnívoro sendo o ato de produção da diferença sexual, ato de produção escondido (**denegação**) *pela e na* morte do animal e sua ingestão pelo corpo humano de tipo masculino. Operação simbólica que passa portanto pela boca, que se torna assim, como nós veremos em detalhe, um órgão político de produção da diferença sexual. Enfim, e essa é a terceira razão que interessa a Derrida nesse sacrifício carnívoro como fundamento da nossa sociedade: ele tem uma dimensão onto-teológico-política muito forte – ali onde nasceu e onde continua a se inventar a própria ideia de comunidade humana. Esse sacrifício carnívoro sendo portanto uma chave interpretativa permitindo compreender em profundidade as estruturas políticas centrais do Ocidente, que são a soberania como origem do Estado moderno; estruturas políticas que não têm sentido senão sobre o fundo de uma separação com relação ao animal, mas também com relação ao feminino, instâncias não políticas sacrificadas sobre o altar da política moderna:

A violência dessa injustiça que consiste em julgar aqueles que não compreendem o idioma no qual se pretende que a justiça seja feita, não é uma violência qualquer, qualquer injustiça. Essa injustiça supõe que o outro, a vítima da injustiça da língua, seja capaz de uma língua em geral, seja um homem como animal falante no sentido que nós, os homens, damos à palavra. Trata-se de um tempo que não está nem distante nem tampouco concluído onde « nós, os homens », queria dizer nós, europeus, adultos, homens, brancos, carnívoros e capazes de sacrifícios.²

Sentido e função do sacrifício carnívoro ou a desconstrução do carnofalocentrismo: em direção a um outro feminismo?

Derrida nos terá ensinado que para o sujeito masculino o animal, todo animal, tem dois corpos, de maneira semelhante aos dois corpos do rei estudados pelo historiador alemão Ernst Kantorowicz, na sua célebre obra *Les deux corps du roi. Essai sur la théologie politique du Moyen Âge*³. De um lado, um corpo biológico e comestível que é submetido permanentemente à lógica soberana do sacrifício carnívoro, lógica sacrificial no seu inconsciente mesmo e, de outro lado, um corpo simbólico e político, mas sob o modo do negativo, um não-corpo político de certa maneira, que sobrevive à sua morte violenta sob forma de crenças que fundam justamente o que chamamos *político* no Ocidente. Nos dois casos, é o corpo do animal que é sacrificado ao benefício único do humano. Da mesma forma que, na ordem simbólica da diferença social, o corpo da mulher é sacrificado principalmente sob a forma de sua exploração. É preciso explicar mais precisamente em que consiste esse sacrifício da vida animal para em seguida considerar os laços entre ele e o outro sacrifício, o sacrifício feminino; sacrifícios que são em realidade inseparáveis.

A primeira característica da morte do animal é precisamente a de nunca se apresentar como uma morte no sentido antropomórfico da palavra e, mais profundamente ainda, de exibir todos os signos da legalidade humana. A desconstrução derridiana procura lançar luz sobre a estrutura sacrificial dos discursos autorizando uma tal morte, enquanto assegura uma dupla função vital a nossas sociedades carnívoras: de um lado, a autoriza soberanamente a morte do animal inscrevendo-a em uma lei moral e jurídica antropocêntrica – ou, se quisermos, androcêntrica – e, de outro lado, torna possível uma **denegação** da natureza violenta do próprio ato sacrificial. Esses discursos, ao mesmo tempo ordinários, filosóficos, jurídicos, morais e científicos, propõem todos, sem exceção, uma justificativa do sacrifício marcada por uma profunda ambivalência, pois trata-se simultaneamente de “matar” e, ao

² DERRIDA, 1994, p. 41. [Força de lei. Tradução : Leyla Perrone-Moisés. São Paulo : Martin Fontes, 2007].

³ *Os dois corpos do rei. Ensaio sobre a teologia política na Idade Média. (nota da trad.)*

mesmo tempo, de não reconhecer esse ato como um gesto de destruição violenta da vida animal. Derrida terá sempre designado nessa operação sacrificial o privilégio absoluto de todo poder soberano sobre a vida e a morte do animal, poder esse que redistribui as cartas do real e do simbólico subtraindo a vida sem jamais reconhecer a violência pela qual se perpetua:

Gostaria, sobretudo, de trazer à luz em seguida essa necessidade: a estrutura sacrificial dos discursos aos quais me refiro [Principalmente aqueles de Heidegger e de Lévinas acerca da questão do animal, mas podemos estimar que o discurso reflete grande parte do senso comum cultural sobre o tema]. Não sei se « estrutura sacrificial » é a expressão mais correta. Trata-se, em todo caso, de reconhecer que há um espaço para uma morte não criminosa na estrutura desses discursos que são também « culturas »: com a ingestão, incorporação e introjeção do cadáver. Operação real mas também simbólica quando o cadáver é « animal », operação simbólica quando o cadáver é « humano ». Mas é muito difícil, na verdade impossível, de delimitar o simbólico, daí a imensidão da tarefa, sua demesura essencial, uma certa anomia ou monstruosidade daquilo a que se deve responder, ou diante de que (quem ? O quê?) se deve responder.⁴

Desconstruir o sacrifício animal e carnívoro, tal é o desafio da filosofia de Derrida que poderia então ser interpretada como uma ética animal, uma vez que seu objetivo é duplo: pôr fim a essa violência sacrificial a qual os animais são alvo, e desconstruir a dominação masculina sobre as mulheres que aparece como estando no centro do conceito de carnofalocentrismo. É provavelmente isso o que nos quer dizer esse conceito difícil de analisar: a violência sacrificial visa tanto os animais quanto as mulheres segundo modalidades similares ou até mesmo idênticas; modalidades que se encontram nomeadas por Derrida através de três palavras essenciais que não foram ainda objeto de uma análise rigorosa por parte daqueles que tentam compreender as origens da violência-dominação masculina sobre animais e mulheres. Violência ligada portanto à diferença sexual a qual seria necessário integrar uma outra diferença, a diferença de espécie, a diferença específica, tornando essa violência sacrificial bastante complexa, já que inseparável de toda desconstrução da violência – especista e sexista. Três palavras essenciais são: ingestão, incorporação e introjeção. Todas três nos reenviam à ideia de que o feminismo de um gênero novo, que tentamos inventar aqui com Derrida, poderá dificilmente eludir a questão do sacrifício carnívoro, na medida em que esse é provavelmente uma instituição, senão a instituição social, que não pode não exercer uma dupla violência, especista e sexista, que faz dele o que poderíamos chamar um canibalismo político que sacrifica animais e mulheres ao mesmo tempo realmente e simbolicamente, através de operações complexas traduzindo-se pela vinda à boca de um “alimento” que é objeto de um fantasma. Sublinhar a dimensão política da questão,

⁴ DERRIDA, 1992, p. 228.

originalidade da desconstrução do sacrifício carnívoro. O problema é que essa operação sacrificial à qual retornaremos, se acompanha de uma imensa violência que toca animais e mulheres, mas segundo modalidades complementares; os primeiros sobre o modo real e simbólico, as últimas sobre o modo simbólico, mas igualmente violento.

Qual é a primeira consequência dessa operação sacrificial? O que dizem e o que revelam no fundo essas manifestações sacrificiais que esvaziam de todo sentido a morte dos animais e que os privam assim do seu próprio desaparecimento? O que diz no fundo nossa cultura ocidental que autoriza sempre essas práticas sacrificiais que são muito provavelmente práticas rituais pertencendo ao nosso inconsciente social, e que constroem permanentemente o espaço político do real e do simbólico para aí determinar os direitos de entrada dos viventes por meio dessas experiências-limite? *Esses discursos e essas práticas sacrificiais denegam violentamente essas manifestações de morte real e simbólica, o estatuto de atos criminosos.* Levando em conta apenas o animal, com efeito, toda morte se apresenta sob a forma de um ato técnico ou até tecnológico desprovido de toda dimensão moral. Ato inteiramente fundado na razão (*logos*) pela sua função carnívora, a saber, alimentar. A morte do animal ocorre de tal maneira que tudo é feito para que ela não corra o risco de ser tomada por aquilo que é: um assassinato. Reduzir esse ato a uma manifestação meramente técnica e alimentar implica em realidade recusar ao animal seu pertencimento a um campo simbólico passível de torná-lo um ser cuja vida não seria reduzida apenas a sua dimensão biológica. Com o carnofalocentrismo, a desconstrução derridiana nos ensina que o gesto que põe fim à existência sempre única e singular de um vivente não humano escapa a toda avaliação jurídica e moral, o que vem circularmente confirmar a tese comum de que o animal permanece um vivente que não pode integrar (e não deve fazê-lo) a ordem simbólica, já que essa é privilégio dos homens e constitui o seu (único) suposto *próprio*. O carnofalocentrismo é portanto o poder do sujeito masculino, seguindo um processo que denega ao animal o direito ao simbólico; propriedade do sujeito soberano cujo poder alimenta sua potência pelo sacrifício. O animal não tem portanto direito ao simbólico da sua morte em nome de uma superioridade ontológica de soberania humana e masculina. Ora, tal é a ligação com o feminino, o outro feminismo derridiano que buscamos aqui. É esse mesmo poder masculino do sacrifício carnívoro que, instaurando as frotas do real e do simbólico, instaura também a diferença sexual na origem da dominação masculina.

Ora, Derrida se empenha – tal é a finalidade da sua ética – em demonstrar que a distinção entre o real e o simbólico não é sustentável para nenhum vivente, seja ele um

vivente humano ou um vivente animal; e que na realidade o simbólico é um ato performativo a partir do qual a diferenciação moral age e toma forma social determinada no interesse daquele que a institui pela força, que é sempre primeira com relação à lei. Em outros termos, o simbólico pode ser desconstruído segundo duas vias paralelas e convergentes, podendo dar lugar à invenção de um feminismo ligado ao animalismo: de um lado, mostrando que o simbólico não é o próprio do homem, que ele assume formas diferenciais que não existem jamais nem em pureza, nem a rigor no homem, inscritas por natureza em uma lei moral transcendente. E, de outro lado, que o simbólico conhece também manifestações variadas e complexas no interior do reino do vivente não humano. Desse ponto de vista, a filosofia animal de Derrida deve ser compreendida, interpretada e utilizada como uma operação ambiciosa e também arriscada de desconstrução das fronteiras do real e do simbólico tais como elas foram inventadas pelo homem através do seu poder violento sobre os animais e sobre as mulheres. É precisamente esse risco, que não se deve temer pensar, que a filósofa Catherine Malabou aborda no seu livro *Changer de différence. Le féminin et la question philosophique*: em que medida essa desconstrução da ordem simbólica antropocêntrica e androcêntrica pode dar lugar à invenção do ou de um feminino capaz de contestar e de abolir a dominação masculina? Essa desconstrução da ordem violenta da diferença sexual na origem da subjetividade não é uma invenção invertida de uma subjetividade feminina que teria, certamente, aberto a diferença ontológica pela diferença sexual assim desconstruída, mas que contiaria a repousar sobre a figura clássica e arcaica da subjetividade propriamente feminina, a saber, sobre a figura de um *próprio* dessexualizado e desontologizado?

Como se poderia, uma vez que o « feminino » [em Derrida] encontra-se atrelado a um sistema de duplo constrangimento: de um lado como promessa ontológica (como um modo de ser sempre reprimido pela filosofia e, assim, como um modo de sempre sempre por vir), e de outro como uma nova figura do « próprio »?

Se a contribuição intelectual fundamental do conceito de carnofalogocentrismo consiste em mostrar que em realidade a apropriação masculina do simbólico – que toca tanto os animais quanto as mulheres enquanto objetos e não sujeitos dessa apropriação – é o mecanismo fundamental pelo qual o sujeito masculino se inventa um próprio, seu próprio e portanto uma subjetividade que passa pela obrigação de pôr fim à vida do vivente não humano que é todo animal, apropriação que é portanto também e inseparavelmente uma desapropriação, a qual não tem sentido senão em referência a esses outros que são os animais e as mulheres a quem se recusa portanto a reconhecer um próprio. Da desconstrução da noção

de próprio àquela de essência há um passo que toca a questão de um *próprio* feminino a partir do qual não se poderia mais, portanto, inventar um feminismo. A partir de que inventar esse “feminalimalismo”, então?

Sacrifício carnívoro e criação da subjetividade humana:

O sacrifício como manifestação do carnofalogocentrismo é uma instituição ritualística e fundadora, no sentido forte do termo, pela qual o homem se confere subjetividade através da violência, permitindo-se instalar um limite ontológico intransponível entre ele e o animal por uma operação de denegação do próprio ato de condenação à morte.

Eu não sei, nesse ponto, quem é quem nem tampouco o que quer dizer sacrifício, para determinar essa palavra, eu retenho apenas esse indício: a necessidade, o desejo, a autorização, a justificação da condenação à morte, a morte como denegação do assassinato. Condenar à morte um animal, essa denegação, não seria um assassinato. E eu ligaria essa denegação à instituição violenta do “quem” como sujeito.⁵

O sujeito masculino se auto-institui pondo à morte o animal em um ato que reivindica como puramente alimentício, material, biológico, fisiológico, sendo que trata-se de um ato profundamente político, o próprio político encarnado nos corpos, mas cujas consequências não possuem medida comum em relação à sua efetividade aparente. Essa invenção de si é um processo inconsciente, de um lado fonte de denegação mas também princípio de disseminação ao conjunto da sociedade e dos sujeitos que a compõem em suas múltiplas dimensões:

Em nossa cultura, o sacrifício carnívoro é fundamental, dominante, regulado pela mais alta tecnologia industrial, como também o é a experimentação biológica no animal – tão vital a nossa modernidade. (...) O sacrifício carnívoro é essencial à estrutura de nossa subjetividade, ao fundamento do sujeito intencional e se não da lei, ao menos do direito ; a diferença entre lei e direito, justiça e lei, permanece um abismo. Se queremos falar de injustiça, violência ou de desrespeito frente àquilo que chamamos confusamente de animal – a questão está mais aberta do que jamais esteve (e eu incluo aqui, ao título da desconstrução, um conjunto de questões sobre o carnofalogocentrismo), é preciso reconsiderar a totalidade do axioma metafísico-antropocêntrico que domina, no Ocidente, o pensamento sobre o justo e o injusto.⁶

Todo sacrifício carnívoro opera por consequência uma denegação que se autoriza, por pretextos exteriores à função essencial do mecanismo sacrificial, a negar ser pura e simplesmente de um sacrifício. Essa negação toma a forma de múltiplos discursos que justificam e legitimam a morte do animal. Ora, por conta dessa mentira que se conta a si

⁵ Ibidem, p. 297.

⁶ DERRIDA, 1994, p. 45.

mesmo, o homem se impede de enxergar que a violência do sacrifício animal é em realidade a condição transcendental da instituição do sujeito humano: tal nos parece ser a definição mais explícita do carnofalocentrismo que existe como instituição apenas pela estruturação de uma tal violência que se dirige não apenas ao animal mas também aos humanos vivos. Como se explica o mecanismo pelo qual essa operação sacrificial torna-se eficiente? Qual é sua relação com aquilo que Derrida chama de “místico”? A tese de Derrida acerca da relação causal entre sacrifício e subjetividade repousa sob uma concepção de lei e de direito marcadas pela ideia de que a lei é a princípio uma força, uma força pura que não possui sentido, que não tem sua fonte originária repousando sobre nenhum princípio moral. Em realidade, o direito, todo direito, desde sua invenção (ver a filosofia de Empédocles) se desenvolve segundo um processo de auto-fundação tautológico que lhe permite arbitrariamente separar violência legal e violência ilegal com o único objetivo de distinguir ontológica e politicamente vida humana e vida animal.

Dito de outro modo, o sacrifício carnívoro postula arbitrariamente a existência de dois mundos que tudo separam, crença que é acompanhada de uma descarga de violência física e simbólica consideráveis, cujo resultado pode ser qualificado como místico uma vez que se produz uma certeza cuja força dará lugar à existência do indivíduo intencional masculino. Trata-se de dois mundos que se opõem claramente: de um lado, o mundo animal, supostamente desprovido de qualquer lei moral capaz de gerar direito, lei, e, de outro lado, o mundo humano forjado por essa lei que se encarna na carne do direito como característica própria do homem, no sentido literal de propriedade; dado que o indivíduo humano e masculino de tipo carnofalocêntrico se apropria do mundo da lei e da moral instituindo aí uma fronteira ontológica radical, impermeável e indivisível entre ele e o animal. A partir dessa operação “mística” que passa tanto pelo inconsciente cultural de todo “indivíduo” quanto pelas crenças sociais naturalizadas pelo hábito, o corpo do animal se vê reduzido a um simples corpo biológico e mortal do qual o homem pode dispor como bem entender. Fazer do corpo do animal algo puramente material é a finalidade dessa operação mística instituidora do humano no Ocidente. Haveria, portanto, de um lado o corpo animal e de outro, o espírito do indivíduo, dualismo característico da oposição metafísica fundamental entre corpo e alma, oposição que é diretamente produzida pelo carnofalocentrismo. Aquilo que Derrida procura trazer à luz é que o espírito do indivíduo intencional não possui, em realidade, nenhuma origem autônoma, mas sim imunitária no sentido que esse espírito é um meio de proteção de si que depende completamente da redução corporal, biológica e, portanto, carnívora, a qual o

animal – e também a mulher – são submetidos. Dito de outro modo, o sujeito, tal como o conhecemos no Ocidente, não pode pensar a si e viver como sujeito a não ser que faça do animal uma realidade reduzida a sua função ou sua finalidade carnívora. O sujeito soberano não pode se compreender como sujeito soberano a não ser pela condição de dispor de um poder de vida e morte que é o poder absoluto e, então, a forma privilegiada daquilo que chamamos de soberania humana. Mais precisamente, é esse poder, absolutamente, sem nenhum limite, que institui a soberania do homem.

2. O canibalismo político, o não-sacrificial e o feminino:

O outro feminismo que buscamos aqui inventar com Derrida deve levar em conta a questão carnívora, que afirmamos ser uma questão fundamentalmente política. É o primeiro ensinamento da desconstrução, caso haja algum. Trata-se de colocar no coração e no corpo da desconstrução derridiana a questão carnívora como se fosse o único *próprio* da desconstrução, não apenas a desconstrução do próprio do homem em relação ao animal tal como pensada por Derrida, mas a desconstrução do *próprio tout court* e, portanto, da propriedade, da apropriação e daquilo que se chama a dominação masculina. A questão carnívora, sem cuja apreciação o carnofalogocentrismo não teria nenhum sentido, nem político, nem ético, nem mesmo feminista, nutre profundamente a filosofia animal de Derrida. E, no fundo, não há nada de impressionante no fato de que mesmo essa questão seja objeto de uma profunda denegação por parte dos leitores e intérpretes de Derrida. Não é de impressionar essa denegação, apesar do fato das intérpretes mulheres de Derrida não a considerarem ainda. De fato, Derrida nos obriga com o carnofalogocentrismo a nos colocarmos uma pergunta difícil já que coloca sob suspeita muitas de nossas crenças e certezas: como comer bem e como bem modificar o outro? Essa preocupação ético-política foi engolida, introjetada, pela desconstrução e desta introjeção resulta um pensamento, um pensamento do que quer dizer carnívoro, sacrifício carnívoro, na boca vazia dessa filosofia que devemos ler como uma psicanálise política do próprio ato carnívoro enquanto ato produtor de poder e de soberania.

A desconstrução como filosofia de um canibalismo generalizado a toda sociedade:

Há um canibalismo no coração do corpus derridiano que produz conceitos à voracidade canibal raramente considerada. A conceitualidade filosófica da desconstrução é como que

assombrada pela carnivoracidade do mundo. Os conceitos tão conhecidos de logocentrismo, falogocentrismo, carnofalogocentrismo e de sujeito, todos visam, sem exceção, a nos mostrar que os sujeitos que somos, homens e mulheres também, existem apenas *por* e *no* sacrifício carnívoro. Quando nossa boca filosófica fala do sujeito como sujeito, nossa boca quer nos dizer que esse sujeito falante e pensante só toma sentido na masculinidade inseparável da carnivoracidade que lhe devora. O logos, o falo, e toda carne animal sacrificada e consumida são um mesmo e idêntico nome dessa cadeia alimentar simbólica que reside no fundamento da subjetividade como próprio do homem:

Não se tratará somente de lembrar a estrutura falogocêntrica do conceito de sujeito, ao menos em seu esquema dominante. Eu gostaria um dia demonstrar que esse esquema implica a virilidade carnívora. Eu falaria de um carnofalogocentrismo caso não fosse um tipo de tautologia ou, mais ainda, uma hétero-tautologia como síntese a priori.⁷

Se Derrida fala de uma “hétero-tautologia como síntese a priori” para nomear essa carnivoracidade generalizada e estendida a todo o mundo, é para sublinhar a existência de uma identidade entre a voz, aquela que profere a boca sacrificial do sujeito que todos e todas nós somos, o falo, a boca invertida gozadora, e a carne animal ingerida e consumida para fazer gozar essas duas bocas. Todas essas palavras são tragicamente tautológicas pois proferem todas o mesmo desejo canibal de sacrificar o outro comendo-o, por vezes de forma real, por vezes de forma simbólica, distinção que perde sua pertinência nessa estrutura sacrificial do pensamento, que é vivida de modo ultraviolento na denegação, autorizando e justificando todos os eufemismos. Derrida nomeia mais explicita e corajosamente do que qualquer filósofo ocidental, a exceção de Empédocles, o assassinato no coração do sacrifício carnívoro como sendo a operação central deste canibalismo político, o qual adquire sua potência soberana na ordem política como sendo o domínio do sacrifício político no Ocidente, sacrifício de animais e mulheres.

Ora, a desconstrução não seria uma desconstrução do sacrifício carnívoro se ela não destruísse também, com a mesma violência necessária, aquilo que poderia constituir uma solução, uma ultrapassagem do assassinato do animal, a saber, o vegetarianismo. Ela – a desconstrução – nos ensina que o vegetarianismo não é senão um canibalismo da boa consciência, como seu irmão ou seu suposto irmão inimigo:

Os vegetarianos, eles também comem o animal e mesmo o homem. Eles praticam uma outra forma de denegação. A questão moral não é, nem nunca foi, portanto, comer ou não comer, comer isso ou aquilo, o vivo ou o não vivo, o homem ou o animal, mais sim que é necessário

⁷ DERRIDA, 1992, p. 294.

comer de todo modo e que está bem e é bom, e que não há outra definição de bem, como comer bem?⁸

Isso retorna a nossa interpretação: nenhuma liberação, nem a do animal, nem a da mulher, será possível enquanto o vegetarianismo como filosofia política partilhe os mesmos prejuízos logocêntricos e falocêntricos que seu irmão inimigo, o carnivorismo como modo de dominação política, como modo, em realidade, de dominação masculina. Ambos vivem da incapacidade absoluta de nos permitir abandonar a ordem carnofalogocêntrica da denegação política quando esta impossibilita reconhecer a violência própria a essa ordem ou, mais exatamente, o próprio como origem absoluta de toda violência política direcionada aos animais e às mulheres. A denegação política dessa violência especista e sexista é, até o momento, própria apenas ao homem.

Dominação política e dominação masculina:

A dominação em política repousa inteiramente sobre o sacrifício carnívoro e, portanto, sobre o consumo de carne animal. Tal “esquema dominante” é o denominador comum de toda dominação política e está diretamente implicado na soberania exercida pelos homens sobre a vida animal. Soberania carnívora que atravessa, segundo as palavras de Derrida, “a ordem do político ou do Estado, do direito e da moral”, a saber, “o esquema dominante da própria subjetividade”.⁹ Essas ordens fundaram sua dominação sobre o poder que exercem através da carne animal sacrificada e consumida sobre o altar do político e de todas as instituições humanas. Tais instituições sobrevivem da dominação que exercem sobre os animais e as mulheres. O sacrifício permanece sendo a razão de ser do político transportar uma violência extrema a toda subjetividade. Não há subjetividade humana sem essa violência que produz nossa forma subjetiva de soberania, individual bem como coletiva, ou seja, política, através do Estado. O Estado Ocidental só pode ser canibal. Com “canibal” quero dizer precisamente que não apenas o Estado respousa sobre o sacrifício carnívoro mas que esse ódio sacrificial está presente em todas as suas produções e manifestações. O Estado é canibal ou não é Estado: tal é o ensinamento mais importante que Derrida nos oferece para inventar um outro feminismo que possa e deva tornar-se uma reflexão política que busque desconstruir todo sacrifício carnívoro para repensar novas categorias políticas que sejam não-sacrificiais.

⁸ Ibidem, p. 296.

⁹ Ibidem.

Isso significa, tragicamente, que a consequência dessa estrutura sacrificial e carnívora do sujeito é a exclusão no não-sacrificial do domínio político, a saber, do que tende a escapar a esse modelo de virilidade carnívora como única identidade política possível do sujeito moderno: as mulheres e os vegetarianos. Trágica lógica da suplementariedade política contemporânea. É assim que se desenvolvem os protestos contra a desconstrução:

Vão protestar. Existem sujeitos éticos, jurídicos, políticos, cidadãos em (quase) toda parte que são também mulheres e/ou vegetarianos! Mas isso não é admitido no conceito ou no direito, só entrando em questão justamente quando o conceito de sujeito entra em desconstrução. Isso é fortuito?¹⁰

A desconstrução do sujeito é anterior à desconstrução derridiana que acolhe como nenhuma outra, talvez, aquilo que as mulheres e os vegetarianos aportam sem saber ao domínio político contemporâneo: a possibilidade inédita na história do Ocidente do não-sacrificial. A chegada dessas personagens conceituais não-sacrificiais e portadoras de uma relação não canibal ou carnívora com o político ou, ainda mais amplamente, com todas as instituições que as constituem e produzem, resta como a possibilidade ética e política de introduzir uma nova concepção de sujeito para além de toda essência sem cair tampouco em um anti-essencialismo dogmático que lhe seria, também, sacrificial. A única chance para o político e para o feminismo que queremos criar, nos ensina a desconstrução, nos permitindo pensar de modo inédito a questão feminista e animal de maneira inseparável. Mas é necessário ir ainda mais longe pois ainda há sacrifício carnívora no interior mesmo da cidadania, o que coloca também em questão a própria ideia de cidadania uma vez que é necessário refletir acerca do que seria uma cidadania não sacrificial nem carnívora mas aberta a uma outra soberania, aquela do animal e do feminino. Uma democracia animal imunizada de todo sacrifício e, inclusive, política. Isso é apenas pensável?

The other feminism (to be invented) of Derrida: Ethical and political implications of carnophallogocentrism

Abstract : This article defends an alternative understanding of feminism from the works of Derrida – the idea of an animalistic feminism – having *carnophallogocentrism* as the guiding concept; a concept which refers to other two basal concepts underlying deconstructionist thinking: *logocentrism* and *phallogocentrism*. To do it, on one hand, the concept of *carnophallogocentrism* will be thought from the relation between masculine domination and carnivorous

¹⁰ Ibidem, p. 294-295.

sacrifice, highlighting two major and politically relevant questions involved in such relation, namely, the animal and the feminist questions; on the other hand, the *carnophallogocentric* order will reveal itself as political masculine domination based on ideals of the proper (of man), property (of the sovereign subject) and sovereignty (individual or collective) – ideals that are fundamentally called into question by deconstructionist thinking. Finally, it will be argued that political masculine domination in its relation to the carnivorous sacrificial dynamics is that which allows the invention of another feminism capable of rethinking political categories that are non-sacrificial.

Keywords: Derrida; deconstruction; carnophallogocentrism; animal; feminism.

Referências bibliográficas

Derrida, J. *Force de loi*. Paris: Galilée, 1994.

_____. ‘Il faut bien manger’ ou le calcul du sujet. Entretien avec J. L. Nancy. In : *Points de suspension*, Paris: Galilée, 1992 ;

_____. *L’animal que donc je suis*. Paris: Galilée, 2006 ;

Recebido em: 08/04/2016 – *Received in: 04/08/2016*

Aprovado em: 11/05/2016 – *Approved in: 11/05/2016*